



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

DATA:	30/08/2017	LOCAL:	SALA DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO
HORÁRIO:	14:30	ASSUNTO:	COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO (CEI) - PROC. Nº 1431/2017

LISTA DE PRESENÇA

NOME	TELEFONE	SETOR	ASSINATURA
Valmir Tenente Poeta Neto	(13) 91411-8066	GABINETE MARINHO	
Raquel de Oliveira Reis	(13) 99605-2205	GABINETE Vere. Jam.	
Carla Kátia de Silva Romário	(13) 982227774	DRACA 15M5	
Adriano Francisco	(13) 99709-2387	CM5	
Paulo Roberto Gomes	(13) 988442536	CM5	
Paula Cristina Lima	98838280	CONSELHO	
Getulio de Silva Oliveira	(13) 974150700	Juizera Tombo Silva	
Antonio Vinícius da Silva	(13) 986450400	Senador	
Deividson Loureiro de Oliveira	(13) 988635338	P.M.S	
Marcelo Silva Nascimento	13-996265038	CMC vereador	
Januária Lucia Funguini de Castro	13 997874617	SMS - Secretária	
Andréia A. Nascimento	13 997141636	PSC.	
Anderson Rosa Cortes	13-988610507	PSC	



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO
Processo nº 1431/2017

Ata da Audiência Inicial

Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às quatorze horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cubatão, reuniu-se, para audiência inicial, a Comissão Especial de Inquérito (CEI) aberta com a finalidade de investigar a oferta de vagas na área da saúde, bem como, as demandas reprimidas, a transparência na fila de espera e os critérios adotados para a definição desta, composta pelos vereadores Anderson de Lana Andrade, presidente, Rafael de Souza Villar, relator, Márcio Silva Nascimento, Ivan da Silva e Wilson Pio dos Reis, membros. Desta Comissão, registram presença na audiência os vereadores Anderson de Lana Andrade e Márcio Silva do Nascimento, além de Raquel Lima dos Reis, representando o vereador Ivan da Silva. Registram presença, também, o presidente do Conselho Municipal de Saúde, Alessandro Donizete de Oliveira, e os conselheiros Paulo Luiz de Souza, Lauro Franklin da Silva e Manoel Pereira Lima. Por parte da Secretaria Municipal de Saúde, encontram-se presentes Sandra Lúcia Furquim de Campos, Secretária Municipal de Saúde, Carla Kátia da Silva Honório, Chefe da Divisão de Regulação, Avaliação, Controle e Auditoria (DRACA), a enfermeira Jandira Amaral do Nascimento e Anderson Rosa Matias. Pela Câmara dos Vereadores, fica registrada a presença do vereador Antônio Vieira da Silva e dos assessores Esther da Silva G. Vilete (Antônio Vieira da Silva), Vagner Renato Rocha Neto (Márcio Silva Nascimento) e Tatiana Gonzaga Mantovani (Anderson de Lana Andrade), além do Assessor Jurídico desta CEI, Eberson Francisco de Santana. O presidente da CEI iniciou a audiência destacando que as inúmeras demandas de municípios cubatenses por consultas em diversas especialidades médicas, bem como, por cirurgias e outros procedimentos de média e alta complexidade; o atendimento ao disposto no artigo 196 da Constituição Federal, que aponta a saúde como sendo um direito de todos e dever do Estado, a ser garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, são os pontos fundamentais que motivaram os vereadores à investigação deste tema. Destacou, ainda, que os principais questionamentos que deverão ser esclarecidos nesta audiência foram enviados à Secretaria Municipal de Saúde e ao Conselho Municipal de Saúde, em vinte e um de agosto de dois e dezessete, via ofícios nº 001/2017/CMC/GAB/lcs e 002/2017/CMC/GAB/lcs, respectivamente, e que outras perguntas atinentes ao tema em discussão poderiam ser elaboradas pelos presentes na audiência. O presidente inicia os questionamentos à Secretária Municipal de Saúde, Sandra Furquim, pedindo que informe qual é a oferta atual de consultas médicas, em todas as especialidades, e procedimentos, inclusive os de média e alta complexidade, disponível mensalmente nos estabelecimentos municipais de saúde. Sandra Furquim agradece a oportunidade de poder apresentar os devidos esclarecimentos à Câmara Municipal de Cubatão e informa que o quantitativo de vagas depende do que está sendo disponibilizado para o município, não podendo precisar, nesta oportunidade, os números, uma vez que está sendo redesenhada regionalmente uma nova estrutura de referência e contra referência, montado um novo cronograma para todas as redes de cuidado regionais e, negociada um a oferta de cirurgias

23

eletivas junto ao Ministério da Saúde e à cidade de Santos. Compromete-se a apresentar as informações solicitadas, baseada nas novas pactuações e na série histórica de oferta e demanda, no prazo de dez dias. Dando continuidade, Anderson de Lana pergunta se a oferta informada é suficiente para atender toda a demanda existente e, caso não seja, informar qual é a demanda reprimida e quais procedimentos são adotados pela Secretaria Municipal de Saúde visando garantir os atendimentos à população. Sandra Furquim reitera que ainda não tem os dados precisos, conforme elencado no questionamento anterior e, destaca que a legislação é muito burocrática e que tem lutado pelas vagas para Cubatão. O vereador Antônio Vieira da Silva solicita que a Secretária Municipal de Saúde esclareça mais detalhadamente quais são as providências tomadas por ela nesses nove meses do governo, junto ao Governo Estadual e Federal, para que essa falta de exames e procedimentos fosse amenizada na nossa cidade. Destaca, ainda, que, aparentemente, nada tem sido feito, e que nas ruas tem escutado muitas reclamações, principalmente, acerca do Sistema CROSS (Central de Regulação da Oferta de Serviços de Saúde). Registra, ainda, que encontra dificuldades em dialogar com a secretária de saúde e que está preocupado com a demora no processo de contratação de empresa para assumir e retomar os serviços da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Estratégia Saúde da Família (ESF) e Hospital Municipal de Cubatão, que estão previstos para o final do mês de setembro do corrente e que deixarão as pessoas sem assistência por mais de vinte dias. Sandra Furquim responde que os prazos não são definidos por ela, e sim, pela legislação. Seguindo com os questionamentos, Anderson de Lana pergunta se existe uma Central de Regulação de Vagas municipal e, caso positivo, que informe quais são as atribuições dessa Central, a sua composição, estrutura disponível e critérios para distribuição das vagas. Sandra Furquim responde que existem duas estruturas de regulação de vagas, ambulatorial e hospitalar. Destaca que a hospitalar está em funcionamento e a ambulatorial em fase de formação. Complementa informando que essa estrutura é formada por profissionais da DRACA e por enfermeiros, todos treinados pela CROSS. O vereador Antônio Vieira da Silva questiona as razões pelas quais as senhas de acesso ao sistema CROSS foram retiradas dos gerentes das Unidades Básicas de Saúde antes mesmo da implantação da Central de Regulação Ambulatorial. Sandra Furquim responde que as senhas foram bloqueadas pela própria coordenação do sistema CROSS devido ao mau uso, destacando, como exemplo, um episódio em que foram feitos diversos agendamentos em nome de um mesmo paciente, para a mesma especialidade, sendo que a agenda do médico ficou toda comprometida e ninguém compareceu à consulta. Destacou, ainda, que algumas senhas de acesso ao CROSS permanecem ativas e de posse dos profissionais lotadas na DRACA. O vereador comenta que, em conversa com a Sra. Paula Covas, diretora do Departamento Regional de Saúde (DRS-IV), foi informado que não era de ciência e nem à pedido dela o cancelamento/suspensão dessas senhas. O presidente do Conselho de Saúde, Alessandro Oliveira, destaca ser importante convocar os responsáveis pela gestão do Sistema CROSS para os devidos esclarecimentos. O vereador Anderson de Lana aponta que, caso necessário, a Dra. Paula Covas e outros profissionais do CROSS poderão ser convocados para futuras audiências desta CEI. Antônio Vieira da Silva pede empenho da secretária de saúde para que esse serviço volte a ficar disponível para os gerentes da UBSs. A seguir, o presidente da CEI pergunta qual é a oferta atual de consultas médicas, em todas as especialidades, e procedimentos, inclusive os de média e alta complexidade, disponibilizada mensalmente ao município por estabelecimentos de saúde vinculados ao Governo Estadual / Federal e, se ela é suficiente para atender a demanda existente. Carla Kátia, chefe da DRACA, informa que o número de vagas ofertados pelo Estado varia mensalmente, destacando, como exemplo, as ofertas encaminhadas pela CROSS nos últimos três meses. Informa, ainda, que disponibilizará, por escrito, no prazo de dez dias, um relatório com essas ofertas recebidas da CROSS. Alessandro Oliveira destaca que, apesar de o

hospital não estar aberto, os repasses financeiros se mantiveram e que gostaria de saber se seria possível pactuar, com esses recursos, uma oferta em outros hospitais da região, evitando, desta forma, que as pessoas fiquem em situação precária no Pronto Socorro Central. O vereador Marcinho complementa informando que existem de dez à doze casos de trauma-ortopedia na lista de espera e questiona como funciona a oferta no CROSS, uma vez que um paciente não conseguiu a vaga por Cubatão e deu entrada por Praia Grande, onde conseguiu a oferta da vaga. O conselheiro Manoel Pereira Lima informa, ainda, que esteve no PS à pedido da família de um paciente que estava sendo assistido e que houvera, horas depois, sido transferido para um hospital em Itanhaém. Sandra Furquim informa que desconhece os critérios adotados pelo CROSS para garantia dessa vaga em outro município e que, caso haja algum problema no prazo de reabertura do hospital, viabilizará as contratações de serviços, destacando que, desta forma, o repasse de recursos financeiros ficará comprometido. Anderson de Lana questiona qual é o meio utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde para informar aos órgãos estaduais ou federais as demandas necessárias para atendimento à população cubatense. Carla Kátia informa que as demandas são cadastradas no sistema CROSS e que a regulação das vagas é feita por profissionais do próprio CROSS. Na sequência, o presidente da CEI pergunta se a Central de Regulação da Oferta de Serviços de Saúde (CROSS), da Secretaria de Estado da Saúde, é o principal mecanismo para regulação de vagas oferecidas pelo Estado aos municípios cubatenses. Carla Kátia destaca que o CROSS é um dos meios existentes para regular vagas oferecidas pelo Estado aos municípios da cidade. Anderson de Lana finaliza os questionamentos aos representantes da Secretaria Municipal de Saúde perguntando se os critérios para a formação da lista de espera, existente no Sistema CROSS são de conhecimento da Secretaria Municipal de Saúde e, caso positivo, que expliquem quais são. Carla Kátia informa que acredita que sejam utilizados critérios de risco para a distribuição das vagas, porém, indica que os profissionais da CROSS podem esclarecer melhor esses critérios. Como considerações finais, Sandra destaca a construção de uma nova oferta regional de vagas e, que essa demanda reprimida não é um problema exclusivo de Cubatão, e sim, de toda a região. Destaca a necessidade de planejar as ações para que as ofertas sejam suficientes para a demanda municipal e reforça que se o hospital não abrir, comprará serviços na rede regional para não desassistir os municípios. A enfermeira Jandira Amaral destaca que tudo que tem sido feito é em busca do melhor para os pacientes. Após os devidos esclarecimentos, Sandra Furquim precisou deixar a audiência para comparecer em outros compromissos da Secretaria Municipal de Saúde. Concluídos os questionamentos iniciais à Secretaria Municipal de Saúde, o presidente da CEI dá continuidade à audiência ouvindo o Conselho Municipal de Saúde, igualmente convocado para esta audiência. Anderson de Lana pergunta se é do conhecimento do Conselho Municipal de Saúde a oferta e a demanda reprimida atual de consultas médicas, em todas as especialidades, e procedimentos, inclusive os de média e alta complexidade, existente nos estabelecimentos de saúde da nossa cidade. Alessandro Oliveira, presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS), afirma ter encaminhado as devidas respostas à CEI através do ofício nº 109/2017/CMS/jal e que, ainda assim, responderá a todos os questionamentos nesta audiência. Quanto ao primeiro questionamento, informa que é do conhecimento do CMS a existência de demanda reprimida de todos os serviços de saúde na cidade e que, inclusive, já deu ciência ao Ministério Público por diversas vezes. O Dr. Eberson Santana, assessor jurídico da CEI, questiona se o Conselho de Saúde possui as documentações comprobatórias dessas intervenções junto ao MP. Alessandro Oliveira informa tem e coloca toda essa documentação à disposição da CEI. Dando continuidade, Anderson de Lana pergunta se é do conhecimento do Conselho Municipal de Saúde a existência de uma Central de Regulação de Vagas municipal e da Central de Regulação da Oferta de Serviços de Saúde (CROSS), da Secretaria de Estado da Saúde. Alessandro oliveira prontamente




informa que sim, é de seu conhecimento e do Conselho de Saúde a existência dessas centrais de regulação. Na sequência, Anderson de Lana pergunta se é do conhecimento do Conselho Municipal de Saúde os critérios adotados pela CROSS para a formação da lista de espera. Alessandro Oliveira informa que não é de seu conhecimento esses critérios e que acredita que seja feita por profissionais de saúde que avaliam os riscos e definem a oferta das vagas. O vereador Márcio Silva Nascimento questiona se o Conselho Municipal de Saúde participa das discussões regionais acerca da regulação de vagas. O conselheiro Paulo Luís informa que não participam destas discussões e que indica a convocação do Sr. Idreno, do Focus, para participar desta discussão sobre a CROSS. Continuando, Anderson de Lana pergunta se é do conhecimento do Conselho Municipal de Saúde as inúmeras reclamações de pacientes aguardando a oferta de atendimento através do Sistema CROSS. Alessandro Oliveira sucintamente responde que sim e diz que acredita receber mais reclamações do que os próprios vereadores, quase que diariamente. Por fim, o presidente da CEI questiona quais procedimentos estão sendo tomados pelo Conselho Municipal de Saúde acerca da eventual oferta insuficiente de consultas e procedimentos de média e alta complexidade na cidade. Alessandro Oliveira informa que o Conselho de Saúde cobrou, cobra e continuará cobrando todas as esferas competentes, tais como a Secretaria Municipal de Saúde e o Ministério Público. Não havendo mais questionamentos por parte dos presentes, o vereador Dr. Anderson de Lana Andrade agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente audiência inicial, na qual eu, Leonardo Correia dos Santos, secretariei e subscrevi a presente ata.



Leonardo Correia dos Santos
Secretário da CEI



~~**Eberson Francisco de Santana**~~
Assessor Jurídico da CEI



Anderson de Lana Andrade
Presidente da CEI